

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Rejane Regina Koltz Plinski

Repensando as metodologias no ensino de surdos e a construção do PPP

Porto Alegre

Julho 2015

Rejane Regina Koltz Plinski

Repensando as metodologias no ensino de surdos e a construção do PPP

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica – Especialização em Gestão Escolar – 4.^a edição (2014-2015), na modalidade a distância, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Ivam Martins de Martins

Porto Alegre

Julho 2015

RESUMO

Com objetivo de aprimorar meus conhecimentos em relação à gestão educacional e como aplicá-los em minha prática me inscrevi no curso ofertado pela UFRGS. No decorrer do curso, nas diferentes salas ambientes, aprendemos sobre Gestão Democrática e na importância de termos o Plano Político Pedagógico atualizado. Sendo assim, o foco do meu Trabalho de Conclusão de Curso será identificar e tentar superar as dificuldades que nossos alunos têm na aprendizagem de uma segunda língua, no caso o Português escrito, por alunos surdos, visto trabalharmos em uma escola que atende a esse público.

Partimos de uma reunião com o grupo de professores que respondeu a uma pesquisa sobre as maiores dificuldades encontradas pelos professores na aprendizagem dos alunos. Explicamos a importância de juntos chegarmos a uma metodologia que ajude a nossos alunos a terem uma efetiva aprendizagem e que a mesma constituirá parte de nosso Plano Político Pedagógico. Depois do levantamento das respostas a um questionário, voltamos a nos reunir e em conjunto traçamos metas a serem desenvolvidas, fazendo as devidas adaptações. Os professores reuniram-se por área de conhecimento e, juntos, procuraram analisar diferentes situações que possam ajudar a melhorar a qualidade do ensino favorecendo o desenvolvimento dos alunos. Ainda estamos no desenvolvimento dessa proposta, que está sendo construída no decorrer do ano letivo. Para ajudar no desenvolvimento deste trabalho consultaremos os seguintes autores: Cury, 2002, Genro e Caragnato, Libâneo, Oliveira e Toschi, Richardson 2014, Sckliar 2012, entre outros.

Palavras-chave: Projeto Político pedagógico, metodologia, escola de surdos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1 A Escola.....	6
2.2 A Gestão Democrática e o PPP.....	6
2.3 A Pesquisa – ação.....	9
2.4 Projeto de Intervenção.....	10
3. BASE METODOLÓGICA.....	13
4. AÇÕES ANALISADAS.....	17
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	22
6. REFERÊNCIAS.....	23

1. INTRODUÇÃO

Esse texto tem por finalidade conceituar, descrever e refletir sobre a metodologia utilizada na pesquisa-ação no desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso desenvolvido em uma escola pública para surdos. Procurarei articular a teoria e a prática ao relacionar a pesquisa feita com o corpo docente da escola, visando à identificação e superação de um problema que preocupa a todos: a aprendizagem de uma segunda língua, no caso o Português escrito, por alunos surdos.

O trabalho desenvolveu-se da seguinte forma: primeiramente, farei uma breve descrição da escola e o público atendido, passando em seguida a articular sobre a gestão democrática e o Plano Político Pedagógico de uma forma geral para depois relacionar com a realidade da escola pesquisada. Na parte seguinte, abordarei sobre o Projeto de Intervenção e a importância de desenvolvermos uma metodologia que permita uma melhor aprendizagem por parte de nossos alunos. Na parte da metodologia, descrevi como ocorre a pesquisa-ação e de que forma a mesma me auxiliou no desenvolvimento do meu trabalho. Dando sequência, nas ações analisadas partimos de uma reunião com o grupo de professores que respondeu a uma pesquisa sobre as maiores dificuldades encontradas na aprendizagem dos estudantes e, também, pesquisamos alunos formandos do ensino fundamental e médio o que deu base para o levantamento dos problemas encontrados pelos professores e possíveis motivos do não aprendizado por parte dos alunos. Depois do levantamento das respostas ao questionário, voltamos a nos reunir e em conjunto traçamos metas a serem desenvolvidas, fazendo as devidas adaptações. Também foram questionados os alunos sobre o motivo de alguns desistirem de estudar e de como podem entender melhor as disciplinas de forma que se efetive a aquisição de conhecimentos. Dessa forma teremos subsídios para a elaboração do PPP.

Nas considerações finais, explicamos a importância de juntos chegarmos a uma metodologia que ajude a nossos alunos a terem uma efetiva aprendizagem.

Sabemos da dificuldade que encontraremos, pois a escola depende de aspectos estruturais além do de pessoal engajado nesse processo. Ainda estamos no desenvolvimento dessa proposta, que será construída no decorrer do ano letivo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Escola

A Escola na qual foi realizada a pesquisa é Pública Estadual e oferta o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, especificamente para alunos surdos ou portadores de deficiência auditiva. Nessa escola a língua utilizada é a Libras, um sistema linguístico com características e status próprios e o Português escrito como segunda língua, por isso a necessidade de profissionais proficientes na língua dos surdos, pois é através dela que os conteúdos serão transmitidos. De acordo com o Decreto 5.626, de 5 de dezembro de 2005, as pessoas com surdez têm direito a uma educação que garanta a sua formação, em que a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, constituam línguas de instrução. O acesso às duas línguas deve ocorrer de forma simultânea no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo. Como éramos vinculados a uma Fundação, nossa antiga mantenedora, é fundamental reorganizarmos o Plano Político Pedagógico, visto ser antigo e defasado. Também devemos repensar na metodologia utilizada nas aulas, priorizando a Língua de Sinais como primeira língua e, o Português escrito, como segunda língua. E no momento da contratação e/ou nomeação de professores deve se levar em consideração a proficiência em Libras.

2.2 A Gestão Democrática e o PPP

Como nosso objetivo é uma escola inclusiva e de qualidade, na qual toda a diversidade de seus usuários esteja contemplada de forma satisfatória, não basta oferecer apenas acolhida, a escola tem que fazer com que os estudantes que lá se encontram tenham acesso ao conhecimento, e que esse lhes dê condições, ao saírem da escola, de gerirem as suas próprias vidas, como cidadãos de direitos e de deveres. Assim devemos trabalhar com qualidade, formando alunos capazes, críticos para enfrentar a realidade que os aguarda como cidadãos completos que saibam lutar por seus direitos em diferentes instâncias. Formar um cidadão não só para o mercado de trabalho, como mão de obra, mas formar um cidadão com capacidade para alcançar o sucesso na vida. De acordo com Carbello e Galina (2015, p. 5)

Cidadania e democracia não se aprendem somente com os livros, mas com a convivência, na vida social e pública. É no dia-a-dia, por meio dos relacionamentos que estabelecemos uns com os outros, que exercitamos nossa cidadania. A escola é,

por excelência, um espaço privilegiado de construção de relacionamentos e de convivência entre indivíduos de diferentes grupos.

E esses diferentes grupos que constituem uma escola, que nos fazem repensar o nosso trabalho e se estamos realmente dando condições para que os alunos se formem e sejam pessoas atuantes na sociedade, tendo uma formação emancipatória. Conforme Bordignon (2005, p. 12)

A gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas públicas se coloca hoje como um dos fundamentos da qualidade da educação, como exercício efetivo da cidadania. E aqui se situa um dos maiores desafios dos educadores: a democracia, assim como a cidadania, se fundamenta na autonomia. Uma educação emancipadora é condição essencial para a gestão democrática. Escolas e cidadãos privados da autonomia não terão condições de exercer uma gestão democrática, de educar para a cidadania. A abordagem da gestão democrática do ensino público passa pela sala de aula, pelo projeto político-pedagógico, pela autonomia da escola.

E através da prática administrativa, enquanto gestão democrática, dentro de uma Instituição de ensino, não basta apenas se considerar o processo de eleição de diretores de forma direta, feita pelos segmentos da comunidade escolar. A gestão democrática vai muito mais além, implica em fazer uma escola para todos e com a participação de todos, respeitando suas ideias, experiências e vivências. Apesar de sabermos que em determinados momentos precisamos acatar decisões que vem de instâncias superiores e que nem sempre podemos nos considerar autônomos em nossas decisões. Conforme Carbello e Galina (2015, p. 6)

Essa pseudo-autonomia do diretor é também uma síntese da pseudo-autonomia da própria escola. E se lhe falta autonomia, a comunidade usuária, representada pelos trabalhadores, também fica privada de uma das instâncias por meio da qual poderia se apropriar do saber e da consciência crítica.

Apesar disso lutamos para termos espaço enquanto escola que se preocupa em garantir o respeito e valorização da comunidade, corpo discente e docente. Principalmente nossos alunos que por muito tempo vem lutando por sua identidade, língua e cultura. Ainda utilizando o texto de Carbello e Galina (2015, p. 6)

A gestão democrática da educação foi legitimada com a promulgação da Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, cujo artigo 14 contém as seguintes determinações: Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os

seguintes princípios: I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;
II. participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares e equivalentes.

Dessa forma, a lei permite que se considere a realidade da escola e suas peculiaridades ao elaboramos o projeto de ensino da escola.

Ao debatermos sobre a metodologia utilizada e darmos atenção ao que pensam nossos alunos estamos permitindo que os mesmos sejam respeitados e valorizados enquanto seres que fazem parte do processo educacional. Essa é uma forma de democratizarmos a educação sem que os alunos se sintam obrigados a aceitar o que lhes é ensinado, mas que podem e devem participar e demonstrar quais são os seus interesses e como gostariam que os conteúdos fossem transmitidos, considerando a sua língua como prioridade. Assim sendo, a escola se torna um espaço rico para que se efetive a aprendizagem e ocorram as devidas transformações.

A escola deve promover, tanto em sala de aula como em reuniões pedagógicas, questões relacionadas à ética, respeito às diferenças, valorização das pessoas e às diversidades. O gestor tem a incumbência de trazer à tona esses assuntos e solicitar que todo o corpo docente tenha em mente o respeito às heterogeneidades com as quais se depara em sala de aula e, também no convívio com os colegas. Conforme Genro e Caregnato (2013, p.27), “uma conversação, um debate, não desprovido de paixões e tensões, presente no cotidiano escolar, pode fomentar um espírito público em que as coligações entre diferentes grupos possam estabelecer parâmetros de convivência em que a reciprocidade é condição da vida democrática.” Afinal democracia e direitos humanos fazem parte da educação e do contexto escolar.

Todos somos seres únicos e diferentes se levarmos em consideração a nossa bagagem, cultural, familiar, experiências de vida; portanto falar de igualdade parece não condizer com a realidade, apenas quando falamos em questões de justiça, que também pode ser relativa. Devemos ter a consciência da formação do cidadão em que a escola deve estar empenhada no processo educativo dialógico, reflexivo e transformador. Assim perceber que em sala de aula é difícil se falar em homogeneização e querer que todos aprendam da mesma forma e no mesmo tempo.

É necessário que os professores assumam uma postura que entenda, valorize as diferenças combatendo as discriminações em toda a dinâmica escolar. Importante desenvolver um trabalho coletivo e de formação continuada com espaço aberto para troca de experiências e compartilhamento das dificuldades, um momento de socialização em que estaremos continuamente repensando nosso fazer pedagógico.

Assim, podemos dizer que se constituirá em uma escola que tem como princípio a democratização, pois respeita o coletivo e procura implementar formas grupais de planejamento e avaliação do trabalho, não ficando só a cargo da direção ou equipe diretiva a organização do plano de trabalho, como nos diz Veiga (2013, p. 162):

Sob essa ótica, a gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista a sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, da solidariedade e reciprocidade, da autonomia. Um dos caminhos para a construção dos processos participativos de gestão é, sem dúvida, problematizar o instituído com vistas a conceber e concretizar coletivamente novas formas democráticas de convívio escolar, que permitam a formação de pessoas comprometidas, cidadãos críticos e profissionais compromissados com os ideais de uma sociedade mais justa.

Ao se permitir a participação de todos, a escola passa a ter um significado diferente e mais valorizado pela comunidade, pois há a inserção no trabalho que está sendo desenvolvido e fica claro quais são os objetivos definidos para uma escola de qualidade formadora de cidadãos participativos. E cabe ao gestor a responsabilidade para que isso se efetive verdadeiramente. De acordo com Cury (2007, p. 489)

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, é a forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam “cidadãos ativos” participantes da sociedade como profissionais compromissados.

Nesse sentido, é fundamental que o corpo docente tenha consciência da importância de sua participação, pois ao se planejar o PPP, não é apenas a elaboração de um documento que fica a cargo da direção e sua equipe e depois guardado. Mas é um documento que deve ser de conhecimento de todos, analisado, avaliado e modificado sempre que houver necessidade. É um momento de se discutir propostas de se expor dificuldades e necessidades para que juntos se chegue a uma solução, evitando assim que problemas maiores possam ocorrer, garantindo aos alunos condições de um ensino de qualidade em que se preserve seus direitos. Portanto, o corpo docente deve ter em mente, conforme Cury (2007, p. 492)

No caso, do processo de ensino/aprendizagem, decorrência do direito ao conhecimento dos quais os alunos são titulares, cabem deveres aos educadores. O

artigo 13 da LDB estabelece, então, os deveres do docente, entre os quais a elaboração conjunta do projeto pedagógico. Daí ser indispensável que, entre esses deveres, esteja a participação ativa no projeto pedagógico da escola em relação ao qual seu plano de trabalho deve ser cumprido que deverá incluir não só o cumprimento dos dias e horas de aula estabelecidos pela lei, bem como a recuperação dos estudantes com menor rendimento.

Justamente por trabalharmos com alunos surdos, devemos preservar a qualidade de ensino, assegurando as ações educativas de forma a rever as metodologias e avaliações utilizadas no decorrer do ano letivo.

Dessa forma o gestor estará sempre aberto ao diálogo, pronto para ouvir e resolver conflitos de forma impessoal, preservando o ambiente de trabalho de modo que todos os professores possam se sentir acolhidos e respeitados. Ainda com base em Cury (2007, p. 494)

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37) (BRASIL, 1988): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática.

Tendo essas informações em mente, teremos como construir um PPP que nos demonstre o que temos e qual escola queremos, quais valores defendemos enquanto escola de surdos, respeitando sua identidade e cultura, tendo uma metodologia que considere a sua língua como fundamental para a aprendizagem das diferentes disciplinas e que sem o conhecimento da mesma fica difícil desenvolver um ensino de qualidade que atinja seus objetivos.

2.3 Projeto de Intervenção

Com essas informações em mente, o foco do meu Trabalho de Conclusão está em como se devem ministrar as aulas usando uma língua (Libras), mas com a estrutura de outra, no caso o Português. Sendo que muitas vezes, a Libras é considerada inferior, artificial e o português escrito é imposto aos surdos sem considerar a diferença linguística e cultural dos mesmos o que causa a dificuldade de compreensão dos alunos. Podemos acrescentar também a limitação

sensorial que impede ao aluno de aprender naturalmente a língua portuguesa refletindo negativamente em seu desempenho escolar.

Lendo diferentes autores, a escola deve pensar em modelos pedagógicos que venham ao encontro de uma escola bilíngue, contemplando, segundo Skliar (1990, p.53), condições de acesso à língua de sinais e à segunda língua, às identidades surdas, à informação significativa, ao mundo do trabalho e à cultura surda. A escola de surdos é um espaço demarcado pela construção da identidade, do contato com sua língua de uso, conhecimento da sua cultura, tornando-se um lugar de conquista e luta por seus direitos e sua cidadania. É apenas dentro desse ambiente favorável que se pode oferecer uma educação voltada para princípios culturais e humanísticos, promovendo o desenvolvimento de indivíduos cidadãos. Assim busca-se uma pedagogia e um currículo que introduzam o significado de diferença, identidade e cultura tão necessárias para a educação de surdos. A Libras é a língua materna do surdo e elemento construtor de desenvolvimento cognitivo e de identidade surda. É através dela que o sujeito surdo se apropria do conhecimento, constrói sua identidade, desenvolvendo de forma natural sua língua. Assim sendo, o bilinguismo pressupõe a Língua de Sinais como ferramenta fundamental para o ensino de todas as disciplinas, recebendo este status de primeira língua, a qual deve ser adquirida num contexto comunicacional natural o que ajudará ao aluno dar sentido ao que leem e escrevem.

Portanto, de acordo com respostas dadas a um questionário todos os alunos foram unânimes em dizer o quanto é importante os professores terem proficiência na Libras de forma a se fazerem entender e as informações, conteúdos ficarem claros e compreensíveis.

Nesse contexto, a Língua Portuguesa escrita deverá ser ensinada como língua estrangeira, requerendo, necessariamente, o uso de metodologias específicas para a aprendizagem da segunda língua, sem esquecer, entretanto, que esta aprendizagem irá ocorrer a partir da competência na primeira língua – Libras, que sem o domínio da mesma, não será inserido no processo de aquisição de uma segunda língua.

Outro fato a ser considerado é de muitos alunos chegarem com defasagem idade-série, assim os profissionais e, também os pais desses alunos devem ter consciência das adaptações necessárias que devem ser feitas. Assim é necessário reinventar as formas de ensinar e de pensar a escola e suas práticas pedagógicas, compreendendo o aluno surdo, sua capacidade e limitações, que em alguns casos referem-se apenas a surdez. A escola, tendo essas questões em mente, formar cidadãos com condições de exercerem seu papel como indivíduos em igualdade de conhecimentos e condições.

Além das questões pedagógicas outras questões também são importantes e se fazem necessárias. É uma realidade diferente da maioria das escolas e em nosso ambiente temos várias questões que contribuem para que nossos alunos sejam vistos como inferiores. Porém no nosso fazer diário procuramos estimular a autoestima e provamos o quanto são capazes de construir um futuro brilhante. A surdez não é empecilho é apenas uma diferença. Assim a escola tem um papel importante na perspectiva de reconhecer, valorizar e empoderar sujeitos socioculturais subalternizados e negados, visto que muitas vezes os alunos são avaliados por suas deficiências sem levar em consideração as capacidades que possuem. Dessa forma é importante que processos de diálogo entre diferentes conhecimentos e saberes, a utilização de pluralidade de linguagens, estratégias pedagógicas e recursos didáticos, a promoção de dispositivos de diferenciação pedagógica e o combate a toda forma de preconceito e discriminação ocorra no contexto escolar.

3. BASE METODOLÓGICA

A Pesquisa-ação

A pesquisa-ação educacional parte de um problema e compreensão do mesmo, gera uma pesquisa que acarreta em uma mudança que contribuirá com a elaboração de um projeto de pesquisa.

Assim, teremos por base a pesquisa-ação educacional por ser principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos. A pesquisa-ação deve partir de uma situação social concreta, no nosso caso, a aprendizagem dos alunos surdos que será modificada constantemente nas transformações e nos elementos novos que surgirem durante o processo e sob a influência da pesquisa.

Portanto é feito um planejamento, uma implementação, uma descrição para posterior avaliação, gerando uma mudança que melhorará a prática. A pesquisa-ação, podemos dizer, não é estanque, pois no decorrer de seu desenvolvimento, adaptações e ajustes são feitos, para que possa atingir os objetivos delineados. De acordo com Tripp (2005) “A pesquisa-ação, como uma forma de investigação-ação, é um processo corrente, repetitivo, no qual o que se alcança em cada ciclo fornece o ponto de partida para mais melhora no seguinte.” É importante que o grupo tenha clareza de quais são os pontos principais e quais os objetivos devem ser alcançados. Dessa forma, através de reuniões poderemos delinear quais são os problemas a serem resolvidos e como poderemos solucioná-los, tendo consciência de se poder fazer constantes mudanças sempre que se fizerem necessárias.

O conhecimento da realidade escolar favorecerá a uma mudança da práxis assim

Esse conhecimento norteador deve permitir aos sujeitos conhecimentos decorrentes referentes a:

- produzir conhecimentos para uma melhor compreensão dos condicionantes da práxis;
- produzir conhecimentos para estabelecer mudanças em suas práticas profissionais;
- produzir conhecimentos, após cientificizados, para a melhoria das práticas, para fins coletivamente desejados;
- produzir conhecimentos para a reestruturação de processos formativos. (Franco, 2005, p. 490)

Dessa forma através da pesquisa-ação buscaremos uma transformação de percepção e de comportamento em que todos os atores envolvidos participem do processo, avaliando a qualidade dos procedimentos e sua eficácia no desenvolvimento das ações. Devemos

considerar a imprevisibilidade, o que nos permitirá, conforme Franco (2005), retomar princípios, recolocar prioridades, por meio de acordos consensuais e amplamente negociados com o coletivo.

Também, a pressa é um pressuposto que não funciona na pesquisa-ação e se estiver presente conduz, quase que sempre, a atropelamentos no trato com o coletivo, passando a priorizar o produto, e tornando mais fácil a utilização de procedimentos estratégicos que vão descaracterizar a pesquisa. Por isso temos em mente, que precisaremos de tempo para desenvolver a pesquisa e chegarmos a um consenso.

Contudo, nas reuniões do Pacto do Ensino Médio Politécnico, os professores identificaram que o principal problema no aprendizado dos alunos é a compreensão da segunda língua, neste caso, o Português escrito. Levantaram hipóteses ao responderem a um questionário com perguntas abertas para refletirem quais são os principais motivos da dificuldade de aprendizagem e permanência na escola. Por meio de suas experiências e vivências e após identificados os problemas, o grupo docente está estudando diferentes formas de ação com o objetivo de elaborarmos estratégias de melhorar o ensino-aprendizagem. Sendo a pesquisa-ação um processo eminentemente interativo, a análise da qualidade da ação entre os sujeitos que dela participam é fundamental. É importante a troca de conhecimentos, analisando aspectos positivos que podem ser aproveitados em diferentes situações. Por estarmos engajados na melhoria e qualidade de ensino a participação dos professores é fundamental, pois são eles que estão em sala e conhecem a realidade e anseios de seus alunos.

De acordo com Franco (2005. p. 493),

Desde Lewin até Elliot, afirma-se que uma importante característica da pesquisa-ação é seu processo integrador entre pesquisa, reflexão e ação, retomado continuamente sob forma de espirais cíclicas, dando tempo e espaço para que a integração pesquisador-grupo vá se aprofundando, permitindo-se que a prática desse processo vá, aos poucos, se tornando mais familiar, como também o tempo para que o conhecimento interpessoal se aprofunde e, ainda, por meio de tais espirais, dá-se o tempo e espaço para apreensão cognitiva/emocional das novas situações vividas por todo o grupo – práticos e pesquisadores

Portanto, a pesquisa-ação crítica poderá nos ajudar, pois deve gerar um processo de reflexão-ação coletiva em que a voz dos professores será ouvida e respeitada, não apenas para registro, mas para a construção de novas metodologias e um novo PPP. Da mesma forma, os alunos

estarão inseridos nesse processo para que através das suas percepções possam no ajudar a elencar as dificuldades e verificar as possibilidades de reorganização metodológica para uma aproximação de suas realidades e vivências. Ainda conforme Franco (2005, p. 486), “a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação. Nesse caso, a metodologia não se faz por meio das etapas, de um método, mas se organiza pelas situações relevantes que emergem do processo”. Conforme os grupos se reunirem e forem levantadas as questões sobre o ensino e aprendizagem dos alunos surdos, se construirá formas de melhor desenvolver as aulas. E essas situações só poderão ocorrer através das trocas de experiências, dúvidas e dificuldades com o grande grupo tanto de professores quanto de alunos para que ocorra efetivamente uma transformação em todo o processo de aprendizagem. Um trabalho coletivo em que não haverá uma pessoa que determine o desenrolar do trabalho, mas todo um grupo com o mesmo objetivo: qualidade no ensino e formação de cidadãos participativos e críticos na sociedade.

[...] qualquer que seja a forma assumida em sua concretização, a Administração Escolar democrática terá como característica a participação efetiva dos diversos setores da escola e da comunidade. Para que isso aconteça, é preciso que a coordenação do esforço humano coletivo seja função de grupos e não de indivíduos aos quais são reservados poder e autoridade irrestrita sobre os demais (PARO, 1986, p. 161).

O pesquisador também é participante e estará engajado para que ocorram as mudanças necessárias tanto de percepção quanto de comportamento, incentivando o grupo para a realização de mudanças e, constantemente, avaliando o processo e sempre que houver a necessidade fazer as devidas alterações com o aval do grupo de professores e alunos.

Assim com o objetivo de estudarmos estratégias de como melhorar o ensino-aprendizagem, a pesquisa-ação crítica por ser um mergulho na práxis, sendo as mudanças geridas e negociadas no coletivo poderá nos ajudar, pois deve proporcionar um processo de reflexão-ação em que a voz dos professores será ouvida e respeitada, chegando a um conhecimento compartilhado que vai tecendo uma estrutura interacional de confiança e comprometimento, não apenas para registro, como também para a construção de novas metodologias e um novo PPP. Sendo assim, partiremos de uma situação concreta da nossa realidade em sala de aula e no decorrer faremos as devidas modificações, acrescentando os elementos novos que surgirão.

Devemos considerar a pesquisa qualitativa, um estudo de caso que, segundo Lüdke e André (1986, p. 17), vai estudar um único caso. O estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular, no nosso caso

como melhorar o ensino de forma que aprendizagem ocorra realmente, pois são utilizadas duas línguas em aula com estruturas bem diferentes. As autoras ainda nos elucidam que “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo”.

Assim, foi elaborado um questionário de reflexão. O referido questionário inclui perguntas abertas que permitiram aos participantes especificarem e contextualizarem a situação e os problemas. O questionário tinha as seguintes perguntas: Qual (is) o (s) principal (is) problema (s) que a escola enfrenta em relação à aprendizagem e permanência dos alunos, como pode ser revertido esse quadro e quais os meios para alcançar esses objetivos. Depois de fazer um levantamento das respostas, através de reuniões com o corpo docente elencamos os motivos das dificuldades encontradas tanto por alunos como por professores no quesito ensino aprendizagem. Os professores responderam, na sua maioria, o uso de duas línguas com estruturas diferentes, a necessidade de uma metodologia que considere a língua portuguesa como outra língua, além de problemas estruturais.

Em relação à permanência, os alunos maiores trabalham e se sentem cansados em vierem para a escola e os pequenos, às vezes, por motivo de doença ou pela dificuldade de transporte não vem a aula. Em relação à segunda pergunta, foram unânimes em considerar importante uma formação na área de educação de surdos que proporcione melhores formas de ensinar e conteúdos relacionados ao cotidiano que favoreça uma formação integral. Os meios para alcançar os objetivos é a participação de todos, alunos, professores e familiares na construção de uma escola mais participativa com os interesses da comunidade. Identificado e definido o problema foram elaboradas metodologias que permitam um melhor desenvolvimento dos conteúdos, considerando o Português como segunda língua e facilitando, assim, a aprendizagem. Assim ajudando o grupo no processo de pensar, agir, refletir e avaliar ao produzir conhecimento e socializar os saberes. Decidida a ação, o grupo discutirá os meios para alcançar os objetivos e possíveis mecanismos para solucionar conflitos.

Foi combinado encontro por áreas de conhecimento para que os professores encontrem uma maneira unificada de trabalhar em relação aos sinais utilizados.

Com o grupo de professores elaboraremos um relatório que embasará a construção do PPP.

Os alunos também participaram de uma pesquisa e todos foram unânimes em dizer que o conhecimento da Libras pelos professores é fundamental, pois haverá maior clareza nas informações e orientações, efetivando-se a aprendizagem, tanto sonhada por eles.

Por ser um projeto em construção não podemos ainda ter uma avaliação definitiva, pois os resultados poderão ser modificados no decorrer do processo.

4. AÇÕES ANALISADAS

A nossa escola foi autorizada a funcionar no dia 13/05/1997. Em 2002, a Fundação é cadastrada como mantenedora da escola. Em 2010 é criada a Escola Estadual de Ensino Médio. No ano de 2011, a escola é descredenciada do sistema estadual de educação. Em 2012, é credenciada a escola para oferta de ensino fundamental e médio e passamos a fazer parte do sistema estadual de educação. Temos o Ensino Fundamental (séries iniciais e finais) e o Ensino Médio. As aulas são ministradas em Língua Brasileira de Sinais, com professores proficientes e o Português é a segunda língua, priorizando a escrita. A maioria dos alunos mora longe, em cidades vizinhas. Os mesmos procuram a escola por sermos a única escola estadual de Porta Alegre a oferecer esse tipo de ensino. Essa é uma das razões em termos uma grande preocupação com a qualidade de ensino oferecida a esse público, pois sabemos das dificuldades enfrentadas pelos alunos e familiares para receberem um estudo que respeite sua identidade, língua e cultura.

Assim para que pudéssemos ajudar o corpo docente para um trabalho mais produtivo, foi elaborado um questionário de reflexão. O referido questionário inclui perguntas abertas que permitiram aos participantes especificarem e contextualizarem a situação e os problemas. O questionário tinha as seguintes perguntas: Qual (is) o (s) principal (is) problema (s) que a escola enfrenta em relação à aprendizagem e permanência dos alunos, como pode ser revertido esse quadro e quais os meios para alcançar esses objetivos. Depois de fazer um levantamento das respostas, através de reuniões com o corpo docente elencamos os motivos das dificuldades encontradas tanto por alunos como por professores no quesito ensino aprendizagem. Os professores responderam, na sua maioria, o uso de duas línguas com estruturas diferentes, a necessidade de uma metodologia que considere a língua portuguesa como outra língua, além de problemas estruturais.

Os professores reuniram-se por área de conhecimento e, juntos, procuraram analisar diferentes situações que possam ajudar a melhorar a qualidade do ensino favorecendo o desenvolvimento dos alunos.

Em relação à permanência, os alunos maiores trabalham e se sentem cansados em vierem para a escola e os pequenos, às vezes, por motivo de doença ou pela dificuldade de transporte não vem a aula. Em relação à segunda pergunta, foram unânimes em considerar importante uma formação na área de educação de surdos que proporcione melhores formas de ensinar e conteúdos relacionados ao cotidiano que favoreça uma formação integral.

De acordo com Richardson (2014 p.1), tal como o nome implica, a pesquisa-ação visa produzir mudanças (ação) e compreensão (pesquisa). A consideração dessas duas dimensões, mudanças

e compreensão, podem dar uma importante contribuição na elaboração do projeto de pesquisa. E como parte da pesquisa, o diagnóstico ou compreensão do problema, foi através das respostas dadas ao questionário em que todos os professores demonstraram uma preocupação com a aprendizagem dos alunos e a dificuldade que encontram ao terem que trabalhar com duas línguas em sala de aula.

Após definir o problema, verificar as várias possibilidades de resolvê-lo, o grupo acredita que precisa desenvolver uma metodologia que favoreça uma aprendizagem efetiva, considerando o Português como segunda língua e facilitando, assim, a aprendizagem, além de cursos de capacitação e encontro com outras escolas de surdos para trocas de experiência.

Os encontros foram bastante produtivos, pois todos puderam falar de suas dificuldades e o grupo pode refletir sobre seus anseios e formas de como solucionar os problemas elencados. Através desse contato, o grupo docente pesquisará formas de como melhorar a metodologia utilizada em sala de aula com o objetivo de qualificar o ensino.

Ainda conforme Richardson, devemos lembrar que na pesquisa-ação, o papel fundamental do pesquisador ou equipe de pesquisa é ajudar o grupo no processo de pensar, agir, refletir e avaliar. Dessa forma nos diferentes momentos dos encontros haverá a troca de experiências para averiguar o que foi decidido e como será desenvolvido o trabalho em sala de aula, avaliando constantemente o trabalho realizado. De acordo com o mesmo autor (2014 p.12):

Em uma pesquisa onde a colaboração leal entre os participantes é fundamental, não podem existir lacunas na comunicação. Assim:

- Deve ser possível a participação de todos os envolvidos.
- Todos devem ser ativos. Cada participante deve colocar a sua opinião e ajudar os outros a colocar as deles.
- A participação, não pode estar apenas no papel.
- Os graus de participação devem ser amplamente discutidos pelo grupo. Ninguém está isento das responsabilidades estabelecidas.

É fundamental que todos tenham consciência da importância de considerarmos todos os itens levantados em relação à aprendizagem dos alunos para que se efetive um resultado de qualidade que dê fundamentação e referências para a elaboração do Projeto Político pedagógico da escola. Assim, o pesquisador deve promover o diálogo e interesse de todos.

Assim, de acordo com Oliveira (2014, p.2)

De modo geral, estudos na área de políticas e gestão escolar mostram que os professores e os gestores apresentam uma compreensão muito positiva do PPP, pois reconhecem sua importância no entendimento de qual seja a função social da escola e no estabelecimento de um trabalho pedagógico que promova a socialização da cultura, levando a comunidade local e escolar, especialmente os alunos, a se apropriarem do saber como um direito universal, já que a educação pode nos tornar mais humanos, mais atualizados historicamente e mais sintonizados com os problemas sociais do nosso tempo-espaço.

Nesse contexto a opinião dos alunos também é fundamental, afinal é para eles que se está construindo um novo PPP e uma escola democrática que respeita a opinião de todos. Sendo assim, de acordo com Richardson (2014 p.13):

Existem pessoas que não podem deixar de participar em uma pesquisa-ação, são os chamados stakeholders. Para qualquer decisão ou ação, o stakeholder, é alguém que pode ser influenciado ou pode influenciar essa decisão ou ação. De acordo com Uhlmann (1995) sua participação é fundamental: - estão familiarizados com a situação e podem identificar, claramente, os principais elementos; - conhecem a história, podem dizer o que foi feito e o que pode ser culturalmente problemático; - são capazes de avaliar a adequação de possíveis soluções a determinados problemas; - continuaram no grupo ou comunidade após de concluída a pesquisa-ação; - o seu relacionamento contribuirá à implementação das ações. - duas cabeças pensam melhor que uma.

Dessa forma, elaboramos um questionário em que duas turmas de formandos, uma do ensino fundamental, séries finais e outra do ensino médio, responderam dando-nos base para darmos continuidade ao trabalho. Os questionários foram respondidos em momentos distintos junto com a professora pesquisadora.

O planejamento do PPP deverá envolver toda a comunidade escolar e a participação de todas as áreas envolvidas na ação educativa. Todos são protagonistas e auxiliarão na elaboração do mesmo. Deveremos considerar as realidades, diferenças, diversidades culturais e vivências integradas ao contexto escolar em constante análise e reflexão, priorizando a qualidade de ensino. O PPP não é estagnado, mas algo que está em constante reflexão e discussão dos problemas da escola. Sendo assim é importante a participação de todos para que com o coletivo possa se fazer o diagnóstico da realidade da escola, definir o que são prioridades e como devem ser trabalhadas, visando atingir os objetivos preliminarmente definidos.

Assim, aproveitar o meio em que a escola está inserida para desenvolver projetos que transcendam os muros da escola ajudando na formação da cidadania.

Conforme Veiga (2013 p.163),

O projeto político-pedagógico é o documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas. Como proposta identitária, o projeto político-pedagógico constitui-se em uma tarefa comum do corpo diretivo e da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos (coordenação pedagógica, orientação educacional). A estes cabem o papel de liberar o processo de construção, execução e avaliação do projeto, contando com a valiosa participação de todos.

Esse documento deve fazer parte do conhecimento de todos e servir como lei dentro da escola até para que, se houver algo a ser modificado, de posse do mesmo terão como questionar e propor modificações. Na construção do PPP, a realidade da comunidade, as suas especificidades devem ser levadas em consideração, para que se organize uma educação crítica que valorize as diferentes visões de mundo, construindo uma sociedade mais justa que respeita as diferenças. Desse modo, todos precisam ser monitorados, avaliados, cobrados e responsabilizados no cumprimento, ou não, dos objetivos traçados.

Por isso será importante elaborarmos um cronograma em que se organizarão horários para estudos e reuniões em que se construirá um novo PPP.

Sem planejamento, estudo, elaboração, implantação e acompanhamento fica difícil ter um norte e saber como agir frente a tantas situações que surgem e, assim acontecerem resultados inesperados. Tem que estar muito claro qual o ideal que o coletivo deseja e analisar as possibilidades para que se possa colocar em prática as diretrizes anteriormente elaboradas.

Nesta perspectiva, haverá a intervenção na realidade da escola com o objetivo de proporcionar e organizar o trabalho pedagógico, considerar a identidade e cultura surda ao pensar no desenvolvimento de conteúdos e metodologias e a dificuldade de acesso e de permanência dos alunos, bem como profissionais fluentes em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Permitir que a comunidade reflita, defina e construa coletivamente os pilares de uma educação diferenciada e de qualidade superando os desafios que possam se apresentar. Somente assim, haverá transformação e as metas serão alcançadas porque houve a participação e mobilização de toda a comunidade na elaboração do documento.

Com relação ao questionário dado aos alunos, o mesmo nos servirá de base para a elaboração do PPP. Infelizmente devido as diferentes demandas que correram no decorrer do ano letivo, não conseguimos finalizar o documento. Porém, neste último trimestre, estamos nos

organizando para que a comunidade possa ser convidada a participar, junto com os professores e alunos e efetivamente terminarmos o PPP.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A construção do último PPP foi em 2006 e apenas a direção e alguns professores participaram. No ano de 2012, em várias reuniões foram apresentadas concepções teóricas de visão, missão e objetivos de ensino. Os professores debateram sobre os seguintes questionamentos: O que se ensina na escola que queremos? Como se ensina na escola que queremos? Quem participa da escola que queremos? Foi estabelecido um prazo para o término das discussões teóricas em maio de 2013. O mesmo não se cumpriu.

Foi proposto aos professores a transformação da escola em uma escola bilíngue a partir do entendimento de que para que isso ocorra efetivamente todos os professores devem se apropriar dos conceitos e ter clareza do funcionamento da mesma.

No início de 2014, tivemos uma reunião com a comunidade em que foi relatada a necessidade da construção do PPP, porém não se falou mais no assunto.

Agora devemos retomar esse assunto visto ser importante para a escola e para a orientação do trabalho pedagógico dos professores.

Considerar a importância de demonstrar aos nossos alunos que os mesmos são cidadãos e tem direitos e deveres e precisam lutar por uma escola de qualidade que os ajude a serem atuantes na sociedade em que vivem.

E essa escola tem características e especificidades próprias que difere da maioria das escolas regulares e tudo isso deve ser considerado no momento do planejamento e reorganização do PPP.

Envolver a comunidade nesse trabalho e compartilhar a responsabilidade de definir os rumos da escola é um desafio. Mas o esforço compensará, pois com um PPP bem estruturado, a escola ganhará uma identidade clara, e a equipe, segurança para tomar decisões e, assim, poderemos ter a escola que queremos.

Referências Bibliográficas

BORDIGNON, Genuíno. **Proposta pedagógica gestão democrática na educação.** In: Gestão democrática da educação. Boletim 19. Outubro 2005

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas.** Currículo sem Fronteiras, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011

CARBELLO, Sandra Regina Casso; GALINA Irene de Fátima. **Instâncias Colegiadas: Espaços de Participação na Gestão Democrática da Escola Pública.** [s.d.]. Disponível em: . Acesso em: 30 mar. 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola: Cadernos de Pesquisa**, n.º 116, p. 1-25, julho/2002.

_____. **A gestão democrática na escola e o direito à educação.** RBPAE – v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007

DORZIAT, Ana. **Educação e surdez: o papel do ensino na visão de professores.** In: Educar em Revista, n.23, janeiro a junho 2004. P. 87-104, Curitiba, PR

GENRO, Maria E. H.; CAREGNATO Célia E. Cap. **I Educação na e para a diversidade: nexos necessários** Educação na e para diversidade: nexos necessários. CD Diversidade Cultural: viver Diferenças e Enfrentar Desigualdades na Educação

LEBEDEFF, Tatiana B. Análise das estratégias e recursos “surdos” utilizados por uma professora surda para o Ensino da Língua escrita. In: **Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina.** Centro de Ciências da Educação – v.24, n. especial jul/dez 2006, Florianópolis

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 543 p. (Coleção Docência em Formação Saberes Pedagógicos)

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 283 p.

OLIVEIRA, João Ferreira. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (ppp) da escola.** In: Escola de Gestores da Educação Básica http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/45/PPGE/Textos_Unidade_3/PPGE_-_UNIDADE_3_-_A_Construcao_Coletiva_do_Projeto_Politico-Pedagogico_na_Escola.pdf

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/45/Projeto_Vivencial/PV1/RICHARDSON_Como_fazer_Pesquisa_Acao.pdf> Acesso em 04 de novembro de 2014. b) [Pesquisa-ação: uma introdução metodológica](#)

SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. 190 p. ISBN 978-85-87063-17-5

TRIPP, David. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005

UHLMANN, Vikki (1995). Action research and participation. (<http://www.scu.edu.au/schools/gcm/ar/arp/partic.html>) In: RICHARDSON, Roberto Jarry. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/45/Projeto_Vivencial/PV1/RICHARDSON_Como_fazer_Pesquisa_Acao.pdf> Acesso em 04 de novembro de 2014. b) [Pesquisa-ação: uma introdução metodológica](#)

VEIGA, Ilma Passos Alencastro - **A escola em debate Gestão, projeto político-pedagógico e avaliação**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan. /jun. 2013. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>